

AJUSTAMENTO E CRISE

TALVEZ estejamos demorando a perceber que, a despeito dos erros cometidos, e do que costuma dizer a sabedoria convencional, o Brasil fez um enorme ajustamento estrutural de sua economia, desde a eclosão da crise do petróleo.

Em duas áreas, principalmente, tal ajustamento teve lugar: na estrutura de nossa balança comercial; e no comportamento das empresas diante da crise.

Quanto ao primeiro aspecto, o fato essencial é que o País, de 1974 para cá, corrigiu o seu desequilíbrio estrutural na balança de comércio, como poucos países subdesenvolvidos e, mesmo, desenvolvidos, conseguiram fazer. Tal desequilíbrio, que era brutal, consistia na excessiva dependência em relação às importações de petróleo e matérias-primas (nestas últimas gastamos, em 74, US\$ 5,7 bilhões, em comparação com US\$ 2,9 bilhões para petróleo e derivados).

A verdade é que, com a estrutura industrial e urbana instalada no País, principalmente, nos anos 50, nós criamos um "modelo importador" — e não exportador. No diagnóstico da indústria, elaborado pelo IPEA em 1968, ficou evidenciado que, já naquela altura, quase 70% das nossas importações eram constituídas de combustíveis e lubrificantes e matérias-primas. Ou seja, insumos indispensáveis ao nível corrente de atividade e emprego do País, para não falar dos Bens de Capital, que condicionaram o ritmo futuro de crescimento.

A promoção de exportações, impulsionada com sucesso a partir de 64, retirou caráter crítico a essa dependência até 1973, quando estourou a crise do petróleo. O enorme desequilíbrio, que, como é sabido, se manifestou a partir de 74, tinha, portanto, caráter estrutural, e grave, e não simplesmente conjuntural, transitório.

Hoje já é possível mostrar que, a despeito de só gradualmente haver desacelerado a economia, o Brasil, através do seu programa de investimentos, em grande parte superou os dois focos de desequilíbrio antes mencionados (petróleo e matérias-primas). E é por isso que, independentemente da recessão, estamos, de agora em diante, podendo apresentar superávits comerciais da ordem de US\$ 9 bilhões ou mais, anualmente.

Esse processo de ajuste, como recentemente assinalou o economista Antonio Barros de Castro, consistiu em duas coisas.

De um lado, na grande substituição de importações realizada na área de petróleo, algo como 400.000 barris por dia, na comparação entre 1974 e 1984. Nesse resultado, 75% se devem ao aumento de produção interna, de dois anos para cá, resultante da concentração dos investimentos da PETROBRÁS em exploração e produção, e viabilizado pela descoberta de Campos, em 1974. O PROÁLCOOL e fontes alternativas respondem pelo restante.

A economia de divisas decorrente dessa redução de importações representa, aproximadamente, US\$ 4 bilhões, aos preços atuais, por ano.

Assim, estamos hoje produzindo 50% do petróleo que consumimos e esperamos estar produzindo 70% em mais 3 ou 4 anos.

O segundo fator de ajustamento está ligado ao desempenho das exportações, estimuladas, de um lado, de forma insubstituível, pelo realismo da política de câmbio do atual Governo. Mas também viabilizadas, de outro lado, pelo fato de que o País, ao longo desses dez anos, passou de importador a exportador líquido nas áreas de Insumos Básicos e Bens de Capital. E isso por força dos programas de substituição de importações levados a efeito a partir de 74.

O Brasil, hoje, exporta mais Bens de Capital do que importa, quando, em 1974, a balança comercial do setor apresentou um déficit de US\$ 2,6 bilhões. E o mesmo acontece em Siderurgia, Não-Ferrosos, Celulose, Papel, Petroquímica. Isso mostra que, para exportar mais, também é preciso substituir importações, em áreas de vantagens comparativas dinâmicas.

Em 1974, na área de Insumos Básicos (Siderurgia, Não-Ferrosos, Petroquímica, Papel e Celulose, Fertilizantes), tivemos déficit comercial de US\$ 2.890 milhões (importações de US\$ 3.144 milhões e exportações de US\$ 254 milhões). Em 1983, houve um superávit de US\$ 1.971 milhões (exportações de US\$ 1.729

milhões e importações de US\$ 758 milhões). Ou seja, o ganho de posição, no período, nesse setor, foi de US\$ 4.861 milhões.

Em Bens de Capital, reduzimos o déficit de US\$ 2.592 milhões em 74, para US\$ 165 milhões em 83, com uma melhoria de US\$ 2.427 milhões.

Portanto, apenas nessas duas áreas, o ganho de posição na balança comercial foi de cerca de US\$ 7,5 bilhões, além dos resultados obtidos no tocante a petróleo e derivados.

O ponto a destacar é que, como mostra a experiência do Sudeste da Ásia — os chamados "supercompetidores": Coréia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong, sem falar no Japão, "hors concours" — uma grande ofensiva de exportações, em escala mundial, não pode ser feita apenas na base de setores tradicionais, como têxteis e calçados. É preciso ter trunfos maiores, ser competitivo também em setores dinâmicos, de tecnologia mais sofisticada. Isso significa, no caso brasileiro, Insumos Básicos, Bens de Capital, Indústria Automobilística, Construção, Derivados de Petróleo e, logo que possível, Eletrônica.

Cabe, então, a pergunta: se excluirmos os citados países asiáticos, que fizeram outro tipo de ajustamento, com o qual temos a aprender, quais as nações em desenvolvimento, e, mesmo quais os desenvolvidos endividados, que realizaram mudança de tal profundidade no seu balanço de pagamentos? O Brasil, inclusive, pelo fato de ter capacidade ociosa, pode, com a nova estrutura de importações e exportações, continuar gerando grandes superávits comerciais, mesmo fora da recessão, que obviamente, constitui resposta apenas transitória.

Assim sendo, o que é preciso é evitar que as condições aceitas para o serviço da dívida impliquem em transferência excessiva de recursos reais para o Exterior, pois isso significaria manter o País estagnado por um prazo inaceitável, quando, na verdade, o grande ajustamento no balanço de pagamentos já foi realizado.

DE passagem, cabe um comentário. Outra consequência importante da crise é que, assim como a Alemanha, após a hiperinflação de 22 e 23, adquiriu fobia à inflação, nós, após o colapso do superendividamento, estamos desenvolvendo uma fobia ao endividamento.

Isso é verdade também no plano das empresas, o que nos leva ao segundo tipo de ajustamento ocorrido no País, nos últimos anos.

Um fato que poderia surpreender é que, mesmo agora, no quarto ano de recessão, um número considerável de empresas privadas, fora da área financeira, está apresentando muito bons lucros, como se vê dos balanços publicados.

O que aconteceu foi que, como mostra um recente estudo do IBMEC, tais empresas, nos últimos anos, se submeteram a um intenso processo de ajustamento. Reduziram o endividamento (ou aumentaram a capitalização), reduziram os investimentos, cortaram despesas e custos, diminuíram estoques.

Para citar um dado, as principais companhias abertas nacionais aumentaram a participação do patrimônio líquido no passivo total, de 45% em 1975 para 55% em 82. E isso a despeito do aumento da taxa de juros: a relação despesas financeiras/vendas, no mesmo período, aumentou de 4,5% para 37,3%.

É sabido que a brutal escalada da taxa de juros real funcionou como divisor de águas, separando as empresas dotadas de caixa, que aos resultados operacionais passaram a agregar os lucros das operações financeiras, daquelas fortemente endividadas, que passaram a enfrentar sérios problemas. Esse endividamento das empresas, como as taxas de juros ainda prevalecentes, continua minando vastos segmentos da estrutura privada nacional.

Disso se evidencia que a capitalização da empresa privada nacional é, talvez, a maior prioridade da economia brasileira, ao lado do problema da inflação acelerada e da dívida externa.

